

Demonstrações Financeiras

Horizontes Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	19
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	20
8. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	20
9. IMOBILIZADO	22
10. INTANGÍVEL	24
11. FORNECEDORES.....	26
12. PROVISÕES.....	26
13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	27
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
15. RECEITA LÍQUIDA.....	29
16. CUSTOS E DESPESAS	30
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	36
21. EVENTOS SUBSEQUENTES	40
PARECER DO CONSELHO FISCAL	40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia” ou “Horizontes”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$10.000 mil, dividido em 10.000.000 (dez milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$14.252 mil em 2023 em comparação ao resultado de R\$13.426 mil no exercício de 2022.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o Lajida foi de R\$13.718 mil (R\$12.606 mil em 2022) e a margem do Lajida foi de 69,29% no mesmo período (64,95% no exercício de 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Lucro líquido	14.252	13.426	6,20
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.226	2.697	(17,50)
Resultado financeiro	(4.798)	(6.146)	(21,93)
Depreciação e amortização	2.038	2.629	(22,48)
Lajida (1)	13.718	12.606	8,86

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R\$20.604 mil no exercício de 2023, em comparação a R\$20.194 mil em 2022.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$8.118 mil em 2023, comparados a R\$9.432 mil no exercício de 2022.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de 2023 foi uma receita de R\$4.798 mil, em comparação a uma receita de R\$6.146 mil em 2022, impactado, principalmente, pela renda de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$2.226 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 13,51% em relação ao lucro de R\$16.478 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2022, a Companhia apurou o montante de R\$2.697 mil, representando 16,73% em relação ao lucro de R\$16.123 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2024 que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$14.252 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$7.126 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$7.126 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Aumento de capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$10.000 mil e o saldo das reservas de lucros era de R\$14.978 mil, excedendo o capital social em R\$4.978 mil, a Diretoria Executiva encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1.976 (Lei 6.404/76).

Será proposto um aumento de capital social por meio da capitalização do saldo de R\$5.000 mil da reserva legal. O capital social passará de R\$10.000 mil para R\$15.000 mil.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

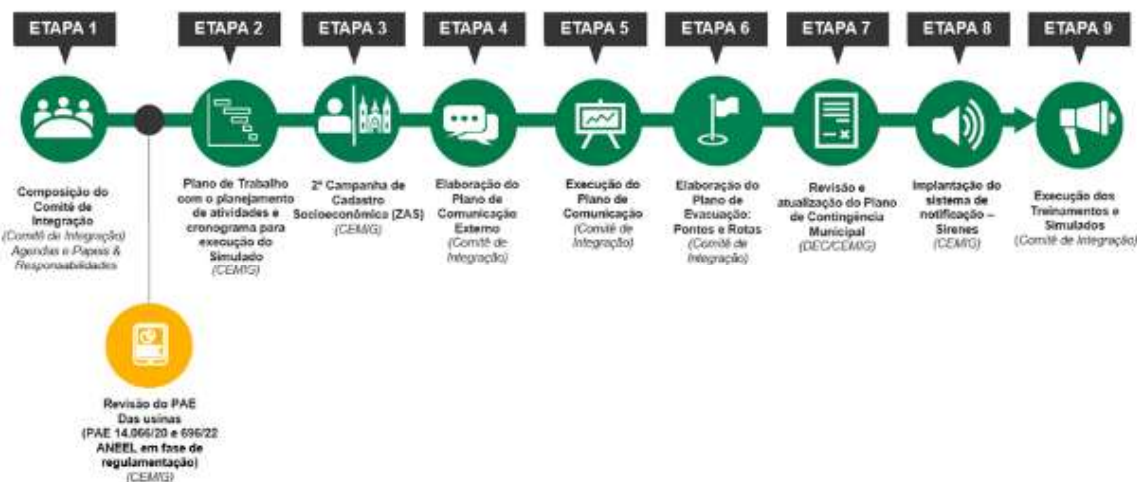
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeitura de Jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos Plancons- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários

de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.562	6.037
Títulos e valores mobiliários	4	7.228	33.797
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.908	3.410
Tributos compensáveis	6	46	1.125
Outros ativos		3	12
		12.747	44.381
Ativos classificados como mantidos para venda	8	12.203	-
TOTAL DO CIRCULANTE		24.950	44.381
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	128
Tributos compensáveis	6	213	196
Depósitos vinculados a litígios	7	2.842	2.664
Imobilizado	9	7.068	19.763
Intangível	10	75	97
Direito de uso		397	105
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.595	22.953
ATIVO TOTAL		35.545	67.334

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	1.602	4.061
Impostos, taxas e contribuições	13	245	330
Imposto de renda e contribuição social	18a	168	311
Encargos regulatórios		4	4
Convênio de compartilhamento	19	165	165
Dividendos a pagar	14	7.126	6.713
Passivo de arrendamento		47	14
Outras obrigações		175	6
TOTAL DO CIRCULANTE		9.532	11.604
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	13	583	558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18b	87	1.249
Passivo de arrendamento		365	100
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.035	1.907
TOTAL DO PASSIVO		10.567	13.511
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		10.000	39.258
Reservas de lucros		14.978	14.565
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.978	53.823
PASSIVO TOTAL		35.545	67.334

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	15	19.798	19.409
CUSTOS	16		
Custos com energia elétrica		(2.253)	(1.997)
Custos de operação		(5.275)	(6.412)
		(7.528)	(8.409)
LUCRO BRUTO		12.270	11.000
DESPESAS	16		
Despesas gerais e administrativas		(298)	(485)
Outras despesas operacionais		(292)	(538)
		(590)	(1.023)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		11.680	9.977
Receitas financeiras	17	4.826	6.174
Despesas financeiras	17	(28)	(28)
		4.798	6.146
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		16.477	16.123
Imposto de renda e contribuição social correntes	18c	(3.388)	(1.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18c	1.162	(888)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.252	13.426

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.252	13.426
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.252	13.426

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	39.258	7.852	11.660	-	58.770
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(11.660)	-	(11.660)
Resultado do exercício	-	-	-	13.426	13.426
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	(6.713)	(6.713)
Dividendos adicionais propostos	-	-	6.713	(6.713)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	39.258	7.852	6.713	-	53.823
Aprovação de dividendos adicionais propostos de 2022	-	-	(6.713)	-	(6.713)
Resultado do exercício	-	-	-	14.252	14.252
Redução de capital social	(29.258)	-	-	-	(29.258)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	(7.126)	(7.126)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.126	(7.126)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.000	7.852	7.126	-	24.978

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	14.252	13.426
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 16)	2.028	2.624
Amortização direito de uso (Nota 16)	10	16
Provisões (Nota 5)	(980)	(771)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	2.226	2.697
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 17)	15	12
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 17)	(14)	96
Baixas imobilizado (Nota 9)	735	(16)
Juros e variações monetárias	(4.001)	(4.757)
	14.271	13.327
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.482	1.807
Tributos Compensáveis	(524)	113
Outros ativos	(471)	(32)
	1.487	1.888
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(2.459)	3.049
Impostos, Taxas e Contribuições	(60)	114
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(142)
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	-	21
Outras obrigações	473	-
	(2.046)	3.042
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	13.712	18.257
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.931)	(1.486)
Juros Recebidos	3.793	1.556
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.574	18.327
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(17.223)	(19.276)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	44.128	22.233
Em Imobilizado (Nota 9)	(1.844)	(4.214)
Em Intangível (Nota 10)	(405)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	24.656	(1.257)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(13.426)	(12.466)
Arrendamentos pagos	(21)	(2)
Redução de Capital Social	(29.258)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(42.705)	(12.468)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.475)	4.602
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	6.037	1.435
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.562	6.037

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 6 de abril de 2001, foi constituída a Horizontes Energia S.A. (“Companhia” ou “Horizontes”), sociedade anônima de capital fechado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, mediante a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). As autorizações para explorar as Pequenas Centrais Hidrelétricas foram transferidas da Cemig para a Companhia, por meio da Resolução 331/2002.

Em 8 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a Aneel alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico.

A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização das Usinas Machado Mineiro, Salto Passo Velho e Salto Voltão, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF). Os prazos de concessão das usinas da Companhia são como segue:

Usina	Prazo de concessão
Machado Mineiro	05/2027
Salto Passo Velho	03/2031
Salto Voltão	06/2033
Salto do Paraopeba (1) (2)	10/2030

(1) A usina encontra-se indisponível para operação. O saldo integral das capitalizações, registradas como propriedade para investimento, está integralmente provisionado devido à ausência de expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

(2) A Usina Salto do Paraopeba é elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) por possuir outorga por meio de resolução autorizativa e aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.

A energia produzida pelas PCHs Salto Voltão e Salto do Passo Velho é 100% incentivada e a energia produzida pela PCH Machado Mineiro é 50% incentivada. A energia produzida pela Companhia é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A usina Salto do Paraopeba está com operação comercial suspensa desde 2011, em função de danos aos ativos decorrentes de enchentes do Rio Paraopeba. A usina vinha passando por estudos de ampliação nos últimos anos e teve aprovado seu projeto de ampliação pela Aneel em maio de 2017. No entanto, tendo em vista a inviabilidade

econômica do projeto de ampliação ou revitalização, a Companhia verificou que a melhor opção será a alienação deste ativo.

O projeto de revitalização da PCH Salto Voltão foi finalizado em 2023. O escopo consistiu na reforma geral dos equipamentos hidromecânicos (turbinas, geradores, mancais) e inserção de novos sistemas complementares, além de automatização de dispositivos auxiliares, atualização tecnológica dos sensores de instrumentação existentes, ampliação das variáveis medidas com a de inserção novos sensores e adequação do arranjo de automação e controle de processos, com um investimento total de R\$5.985.

A usina Machado Mineiro possui 1,72 MW de potência instalada e 1,14 MW médios de Garantia Física. Em 31 dezembro de 2023, operava com seus 2 geradores disponíveis para o Sistema Interligado Nacional – SIN, sem perspectiva de intervenções relevantes ao longo de 2024.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Alienação de PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs em lote único, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes, sendo Salto Voltão, Salto Passo Velho e Salto Paraopeba.

Em 10 de agosto de 2023, foi realizado o leilão e, em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e a Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão. A alienação visou atender às diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. Os efeitos contábeis dessa alienação serão refletidos em 2024.

Transferência PCH Machado Mineiro

Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Continuidade operacional

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações para manutenção e continuidade operacional e continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Cemig. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando. A controladora Cemig GT tem o conhecimento da situação operacional da Companhia e oferecerá suporte financeiro, caso necessário.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 28 de junho de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 20.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos);
- Nota 9 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 15 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 20 – Instrumentos financeiros e gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda	01/01/2024

relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais do CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	167	287
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	103	54
Overnight	3.292	5.696
	3.562	6.037

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	690	3.711
Letras Financeiras Bancos	4.455	22.102
Letras Financeiras do Tesouro	2.009	7.984
Debêntures	74	-
	7.228	33.797
Não circulante		
Debêntures	-	128
	-	128
	7.228	33.925

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira

possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Até 90 dias	2023	2022
Fornecimento industrial	1.758	150	1.908	4.395
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (1)	-	-	-	(985)
	1.758	150	1.908	3.410

(1) A PCLP foi revertida em decorrência da inadimplência pelo cliente.

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é

efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
ICMS	13	7
PIS/Pasep	44	234
Cofins	202	1.080
	259	1.321
Circulante	46	1.125
Não circulante	213	196

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2023	2022
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	2.842	2.664
	2.842	2.664

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

8. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs em lote único, sendo 12 ativos da Cemig GT (Controladora) e 3 da Horizontes, listadas abaixo. Esses ativos fazem parte do segmento de geração de energia elétrica.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MW/m) ¹	Status operação comercial	Local
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			12,46	11,21		

1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Assim, em março de 2023, os ativos da Companhia foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31, conforme segue:

Usina	Valor líquido contábil Ativo imobilizado e Intangível	Ativo mantido para venda
CGH Salto do Paraopeba	-	-
CGH Salto Passo Velho	2.827	2.827
PCH Salto Voltão	9.376	9.376
Total (1)	12.203	12.203

- (1) As usinas de Horizontes foram reconhecidas no ativo mantido para venda pelo valor contábil de R\$7.212, uma vez que esse valor foi menor que o seu valor justo líquido das despesas de venda, nos termos do item 15 do CPC 31, não tendo sido reconhecidos efeitos no resultado. Adicionalmente, ocorreu o aumento de R\$4.625 no ativo mantido para venda, correspondente a obras em andamento de modernização da PCH Salto Voltão.

Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda e não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Em 10 de agosto de 2023, foi realizado o leilão público visando à alienação em lote único desses ativos da Cemig GT e da Horizontes. O lance vencedor foi de R\$100,5 milhões para o lote, o que representa um ágio de 108,6% em relação ao preço mínimo de R\$48,2 milhões.

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT (controladora da Companhia) e a Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão. A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões referente ao lote dos ativos, sendo que, desse montante R\$30 milhões é relativo às usinas da Companhia.

Os efeitos contábeis dessa transação serão refletidos em 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos

São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas

incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		54.458	(47.898)	6.560	60.379	(45.010)	15.370
Custo histórico	4,30	54.458	(47.898)	6.560	60.379	(45.010)	15.370
Em curso		508	-	508	4.394	-	4.393
Geração		508	-	508	4.393	-	4.393
TOTAL		54.966	(47.898)	7.068	64.773	(45.010)	19.763

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Taxa anual de deprec.	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Transf. Ativo Mantido para venda	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço		60.380	-	(735)	5.443	(10.630)	54.458	-	(47.898)	6.560
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	37.869	-	-	-	(2.065)	35.804	-	(30.956)	4.847
Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias	5,22	4.219	-	-	-	(883)	3.336	-	(2.927)	409
Máquinas e equipamentos	5,09	18.266	-	(735)	5.443	(7.682)	15.292	4.708	(13.989)	1.304
Veículos	-	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-
Móveis e utensílios	-	11	-	-	-	-	11	-	(11)	-
Em curso		4.393	1.844	-	(5.443)	(286)	508	(3.599)	-	508
Total		64.773	1.844	(735)	-	(10.916)	54.966	1.109	(47.898)	7.068

	Taxa anual de depreciação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço		60.187	-	(16)	208	60.379	224	(45.010)	15.369
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	37.869	-	-	-	37.869	-	(29.288)	8.581
Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias	4,38	4.119	-	-	99	4.218	99	(2.707)	(1.511)
Máquinas e equipamentos	4,07	18.173	-	(16)	109	18.266	125	(12.989)	5.277
Veículos	-	15	-	-	-	15	-	(15)	-
Móveis e utensílios	-	11	-	-	-	11	-	(11)	-
Em curso		388	4.214	-	(208)	4.394	-	-	4.394
Total		60.575	4.214	(16)	-	64.773	224	(45.010)	19.763

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 4,68% (4,30% em 2022).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

10. INTANGÍVEL

	2023			2022		
	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Ativo da Concessão - GSF	130	(55)	75	130	(33)	97
	<u>130</u>	<u>(55)</u>	<u>75</u>	<u>130</u>	<u>(33)</u>	<u>97</u>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Transferência Ativo Mantido para venda	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço	130	-	-	130	(55)	75
Ativos da concessão - GSF	130	-	-	130	(55)	75
Em curso	-	405	(405)	-	-	-
	<u>130</u>	<u>405</u>	<u>(405)</u>	<u>130</u>	<u>(55)</u>	<u>75</u>

	Valor bruto em 31/12/2021	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço				
Ativos da concessão - GSF	130	130	(33)	97
	<u>130</u>	<u>130</u>	<u>(33)</u>	<u>97</u>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Horizontes Energia				
Machado Mineiro (1)	130	08/07/2025	682	21/05/2027

(1) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas operacionais”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de

outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

11. FORNECEDORES

	2023	2022
Operação e manutenção de usina	1.350	3.649
Suprimento de energia elétrica	247	408
Outros	5	4
Total	1.602	4.061

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 20.

12. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$204 (R\$33 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$448 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) referente à desobrigação do recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o valor do ICMS incluso na base de cálculo desses tributos.
- R\$85 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) referentes aos danos materiais e morais em decorrência da inundação de terras de terceiros.

Adicionalmente, em 2023 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da Companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em conformidade ao ICPC 22, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida,

uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	2023	2022
Circulante		
PIS/Pasep, Cofins e ICMS	29	23
INSS	147	217
ISSQN	52	80
Outros	17	10
	245	330
Não circulante		
Cofins	479	459
PIS/Pasep	104	99
	583	558
	828	888

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$10.000 (R\$39.258 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 10.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (39.257.563 em 31 de dezembro de 2022), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06 de junho de 2023, a redução de capital social da Companhia no montante de R\$29.258. Assim, o capital social passou de R\$39.258 para R\$10.000.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.852	7.852
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	7.126	6.713
	14.978	14.565

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até aos limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou nas reservas de lucros o montante de R\$7.126 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	14.252	13.426
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	7.126	6.713
Dividendos adicionais propostos	7.126	6.713
Total dos dividendos	14.252	13.426

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2024 que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$14.252, seja dada a seguinte destinação:

- R\$7.126 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$7.126 para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Aumento de capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$10.000 e o saldo das reservas de lucros era de R\$14.978, excedendo o capital social em R\$4.978, a Diretoria Executiva encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1.976 (Lei 6.404/76).

Será proposto um aumento de capital social por meio da capitalização do saldo de R\$5.000 da reserva legal. O capital social passará de R\$10.000 para R\$15.000.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.713
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(6.713)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	7.126
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.126

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	6.713
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	6.713
	13.426

15. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	190	29
Suprimento bruto de energia elétrica	19.579	20.165
Transações com energia na CCEE	835	-
Receita bruta de energia elétrica	20.604	20.194
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (a)	(806)	(785)
Receita operacional líquida	19.798	19.409

a) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2023	2022
Cofins	618	606
PIS/Pasep	134	131
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	54	48
	806	785

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para a situação destacada há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

16. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	2.086	1.873
Encargos de uso da rede básica de transmissão	167	124
	2.253	1.997

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	83	-	298	485	381	485
Materiais	200	415	-	-	200	415
Serviços de terceiros (c)	3.842	4.103	258	504	4.100	4.607
Depreciação e amortização	2.038	2.629	-	-	2.038	2.629
Provisões operacionais	(980)	(771)	-	-	(980)	(771)
Outros custos/despesas	92	36	34	34	126	70
	5.275	6.412	590	1.023	5.865	7.435

c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Convênio de operação e manutenção	472	496
Manutenção, Conservação e Instalação	2.491	2.635
Meio Ambiente	476	690
Consultoria	26	301
Comunicação	38	46
Publicações legais	3	7
Conservação e Limpeza de Prédios	67	63
Tecnologia da Informação	90	87
Auditoria Externa	31	40
Outros	401	242
Vigilância	4	-
	4.099	4.607

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	4.100	5.299
Acréscimos moratórios em conta de energia	5	(11)
Variação monetária de depósitos vinculados a litígio	166	-
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	523	824
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins	14	59
Outras	18	3
	4.826	6.174
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(15)	(12)
Outras despesas financeiras	(13)	(16)
	(28)	(28)
Resultado financeiro	4.798	6.146

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	85	83
Contribuição social	83	228
	168	311

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda	65	920
Contribuição social	22	329
	87	1.249

c) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	20.396	20.396
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.632	2.448
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	7.536	7.536
Outras Receitas Financeiras	710	710
Base de Cálculo - Lucro Presumido	9.878	10.694
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.482	962
Adicional 10% valor superior a R\$240	964	-
Ajuste de período anterior - ECF	(15)	(5)
IR e CS - Lucro Presumido	2.431	957
Provisão Rendas Aplicações	7.536	7.536
Rendas Aplicações	(4.100)	(4.100)
Rendas Aplicações não resgatadas	3.436	3.436
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2023	859	309
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(208)	(208)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	17	25
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(4)	(2)
Amortização custos GSF	22	22
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	2	3
Alíquota	25%	9%
Total	0	0
Corrente	2.431	957
Diferido	(855)	(307)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	20.516	20.516
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.641	2.462
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.657	2.657
Outras Receitas Financeiras	875	875
Base de Cálculo Lucro Presumido	5.173	5.994
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	776	539
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	493	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.269	539
Rendas Aplicações não resgatadas	2.642	2.642
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2022	660	237
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(321)	(321)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(26)	(39)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(6)	(3)
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	22	22
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	2	3
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
Corrente	1.269	539
Diferido	654	234

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(199)	(177)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	17.328	9.157	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(164)	(124)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	165	165	-	-	(491)	(525)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	76	537	-	-	(824)	(1.066)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	7.126	6.713	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou os dividendos no total de R\$7.126. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 14.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	3.293	5.696	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.228	33.797	-	-	304	3.740	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	128	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	54	75
Participação nos resultados	12	17
Previdência privada	2	2
Planos de saúde e odontológico	-	-
Seguro de vida	-	-
Total (1)	68	94

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		1.908	1.908	3.410	3.410
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.533	4.533
		1.908	1.908	7.943	7.943
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	3.395	3.395	5.750	5.750
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	690	690	3.711	3.711
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.455	4.455	17.763	17.763
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.009	2.009	7.790	7.790
Debêntures	2	74	74	128	128
		10.623	10.623	35.142	35.142
		12.531	12.531	43.085	43.085
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(1.602)	(1.602)	(4.061)	(4.061)
Passivo de arrendamento		(412)	(412)	(114)	(114)
		(2.014)	(2.014)	(4.175)	(4.175)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da

transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.472	130	-	-	-	1.602
Passivo de arrendamento	4	8	36	194	406	648
	1.476	138	36	194	406	2.250

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações

financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e permissionários de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Transferência da PCH Machado Mineiro

Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

A transferência da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT ocorreu por meio da redução do capital social da Companhia, no montante de R\$6.191, conforme aprovação da AGE no dia 28 de março de 2024.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações

Contador - CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Horizontes Energia S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

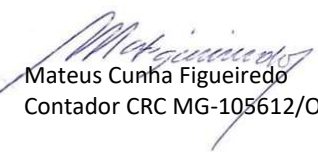
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro

Douglas Augusto de Oliveira Cabido, Conselheiro